



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

21/07/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	2
1.3. SERVIDORES.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CORREGEDOR.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	5 - 6
3.2. EXECUÇÕES PENAS.....	7 - 8
4. JORNAL EXTRA	
4.1. SERVIDORES.....	9
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	10
5.2. CASO DÉCIO SÁ.....	11 - 14
5.3. DESEMBARGADORES.....	15
5.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	16
5.5. OUVIDORIA.....	17
5.6. PRESIDÊNCIA.....	18
5.7. SERVIDORES.....	19

TJMA CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR CENSO DO PODER JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) criou uma comissão que irá auxiliar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na realização do Censo Nacional do Poder Judiciário 2013. A pesquisa vai levantar o perfil socioeconômico da força de trabalho da Justiça estadual em todo o país, no período de 26 de agosto a 27 de setembro deste ano. A juíza Francisca Galiza, auxiliar da presidência do TJMA, vai coordenar os trabalhos de mobilização interna e de acompanhamento da execução do censo em nível de primeiro e segundo graus da Justiça, com o apoio dos servidores Paulo Rocha Neto, diretor de informática e automação; Antonio Carlos de Oliveira, assessor-chefe de comunicação e Eliandro Cruz Araújo, psicólogo da Diretoria de Recursos Humanos.

CASAMENTO COMUNITÁRIO EM TUTÓIA É MARCADO PELA EMOÇÃO E POR HOMENAGENS

Cerimônia do projeto Casamentos Comunitários realizada na sede da Comarca de Tutóia, nessa quinta-feira (18), emocionou centenas de pessoas que foram testemunhas da oficialização da união de 340 casais. Entre os noivos, servidores do fórum da comarca, que é comandada pelo juiz Rodrigo Otávio Terças. O corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, participou da celebração.

Para o juiz Rodrigo Terças, o projeto Casamentos Comunitários é grandioso, que estende os serviços jurisdicionais à efetivação dos direitos dos cidadãos. “É um sonho estar realizando esta cerimônia com tantos casais aqui em Tutóia”, disse o magistrado. “É uma alegria oficializar uniões de casais que têm 40, 50 anos de convivência”, ressaltou.

Um exemplo de uniões duradouras oficializadas no casamento comunitário em Tutóia é o de Zilmar Gomes da Silva, 71 anos, e Deuzinete Rocha, 63 anos. Os dois estão juntos há quase 50 anos. “O segredo é o amor. É esse amor agora consta na certidão, que é o nosso documento de um casamento feliz e de vida longa”, declarou Deuzinete Rocha.

JUDICIÁRIO AVALIA DESEMPENHO DE MAIS DE 1.500 SERVIDORES

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concluiu a avaliação funcional de mais de 1.500 servidores em todo o Estado nos primeiros seis meses do ano. A aferição é requisito para obter estabilidade na carreira e destina-se aos concursados que se encontram em estágio probatório e que aguardam promoção ou progressão funcional.

Dos cerca de cinco mil servidores do Poder Judiciário, 1.584 foram avaliados. Do total, 1.370 (86%) atingiram a conceituação "excelente", 175 (11%) "bom", 32 (2%) "satisfatório" e apenas 7 (0,4%) "insuficiente".

Olha, cidadã, teu fã clube é maior do que eu imaginava. Na quinta-feira, fui ao escritório do advogado Carlos Seabra, no Renascença, onde fui recebido pela mãe dele, a doutora Salete.

*

Ela me disse que não perde um domingo do "E-mail pra Bibi". A doutora Salete é irmã do prefeito Tema, lá de Tuntum, meu grande amigo e do corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha.

*

- **O comando** do Tribunal de Justiça se volta agora para a OAB, que no dia 30 vai montar a lista sêxtupla, da qual sairá o 27º desembargador da Justiça da Maranhão.

Jogo zerado?

O adiamento da escolha do novo desembargador pelo critério de merecimento não desanimou os 14 juízes que se candidataram.

Todos estão em campanha aberta, mesmo alguns que não têm chance de chegar lá. Segundo um dos candidatos, o adiamento "zerou o jogo", abrindo oportunidade para todos.

Faz sentido.

Roberto de Paula - Juiz

“Sistema carcerário está em desordem”

Novo juiz auxiliar da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís assume o cargo e promete medidas para acabar com a desordem nos presídios em sintonia com os membros do sistema de segurança

Thiago Bastos
Da equipe de **O Estado**

Promovido por unanimidade na quarta-feira (17), pelo critério de antiguidade, como juiz auxiliar na 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, o ludovicense Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula assumiu a função e anunciou que a partir de terça-feira (23) iniciará uma série de visitas às unidades prisionais da capital maranhense. Em entrevista a **O Estado**, o novo responsável pela Vara de Execuções Penais, que já trabalhou nos municípios maranhenses de São Domingos do Maranhão, Mirador, Viana, Vargem Grande e Bacabal (onde atuou na 2ª Vara), falou sobre os problemas do atual sistema carcerário de São Luís e disse que o novo cargo é o maior desafio de sua carreira.

O Estado – Como o senhor recebeu a indicação para a 1ª Vara de Execuções Penais?

Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula – Com surpresa e, ao mesmo tempo, alegria, por saber que os meus mais de 15 anos de carreira não foram à toa. Tive o prazer de ser indicado, com direito a todos os votos. Uma promoção que também teve o parecer favorável do corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha e, principalmente, do desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Repito, não foi fácil chegar até aqui, no entanto, me sinto plenamente satisfeito com a indicação. Este será o maior desafio de minha vida, sem dúvida.

O Estado – Como o senhor analisa o atual sistema carcerário do Estado e, em especial, de São Luís?

Roberto de Paula – Vejo que

há muito que fazer. Do jeito que está, com presos do regime semiaberto ocupando celas com condenados em regime fechado, não irá se resolver este problema. Nas últimas semanas, constatamos essa evidência, com as constantes fugas do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ou seja, se você não faz com que este preso tenha condições de se recuperar plenamente, ele criará alguma forma de sair de onde ele está. O sistema carcerário do Estado como um todo, já que trabalhei em vários municípios, está em desordem, com situações a resolver.

O Estado – E qual seria a medida emergencial para se resolver este problema?

Roberto de Paula – Impedir essa prática ainda comum de colocar presos do semiaberto com pessoas do regime fechado. Como é que ele [preso] vai se recuperar andando com pessoas de alta periculosidade? E isso precisa ser feito criando-se mais vagas no sistema carcerário.

O Estado – E quanto ao benefício da saída temporária? Também poderia ser uma solução, neste caso? Muitos integrantes do sistema de Segurança Pública têm feito críticas ao número de benefícios concedidos, nos últimos anos, ao número de saídas concedidas a presos. O que o senhor diria a respeito?

Roberto de Paula – Primeiramente, é preciso deixar claro que o benefício da saída temporária está garantido no artigo 122 da Lei de Execuções Penais, ou seja, é algo que deve ser cumprido. No total, cada preso do semiaberto, dependendo do compor-

tamento, tem direito anualmente a 35 dias de saída, incluindo Dia dos Pais, das Mães e festas de fim de ano. É uma ferramenta necessária e importante para o sistema carcerário, pois ajuda na recuperação do preso, pondo o mesmo em contato direto com o familiar. É necessário deixar claro também que o percentual de presos que não retornam aos presídios após receberem a saída temporária é baixo, o que prova a força do trabalho de conscientização realizado nas unidades prisionais, antes de se conceder a liberdade temporária. Quanto às críticas feitas, não há o que dizer, e sim apenas se cumprir o que diz a lei.

O Estado – O que será observado durante as visitas às unidades prisionais, medida anunciada pelo senhor para terça-feira?

Roberto de Paula – Para colher informações fundamentais, das direções dessas unidades e também para poder ver, de perto, como está a situação de alguns presos. Esse trabalho é importante até para rever alguns processos de detentos e tentar reverter essa situação nos presídios de instabilidade. Parece que, a qualquer momento, ainda mais no Maranhão, pode haver uma nova rebelião. É preciso tirar essa situação.

O Estado – O senhor tomou em Bacabal uma medida considerada polêmica, à época, e concedeu prisão domiciliar a presos. É possível que o senhor volte a tomar essa decisão, agora no novo cargo?

Roberto de Paula – É possível, sim. Naquela época, foi uma medida necessária e que foi im-

portante para o objetivo em questão. Atualmente, é mais difícil de ocorrer. Porém, é algo ainda possível já que, devido à superlotação de algumas unidades, é uma medida de caráter urgente. Claro que cada caso tem suas especificidades, no entanto, hoje é mais difícil de isso ocorrer.

O Estado – Para encerrar, pelas suas respostas anteriores, a impressão é que não há sintonia entre o Judiciário e os órgãos de Segurança Pública, atualmente. O que fazer para melhorar isso?

Roberto de Paula – Não há o que fazer. Há como fazer. De acordo com a Lei. E nosso objetivo claro é auxiliar os membros da Secretaria de Segurança Pública em seus trabalhos. Nada mais do que isso.

Arquivo



Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula assume a 1ª Vara de Execuções

“

Do jeito que
está, com
presos do
regime
semiaberto
ocupando
celas com
condenados
em regime
fechado,
não irá se
resolver este
problema”

Juiz Roberto de Paula,
da Vara de Execuções Penais

PEGA-FANTASMAS

A Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep), responsável pela realização do Programa de Recadastramento 2013 do Governo do Estado do Maranhão, reforça o convite a todos os servidores aposentados e pensionistas do Estado, para que efetuem a atualização dos seus dados cadastrais até o dia 27 de julho, data em que se encerra o trabalho voltado aos Aposentados e Pensionistas de São Luís.

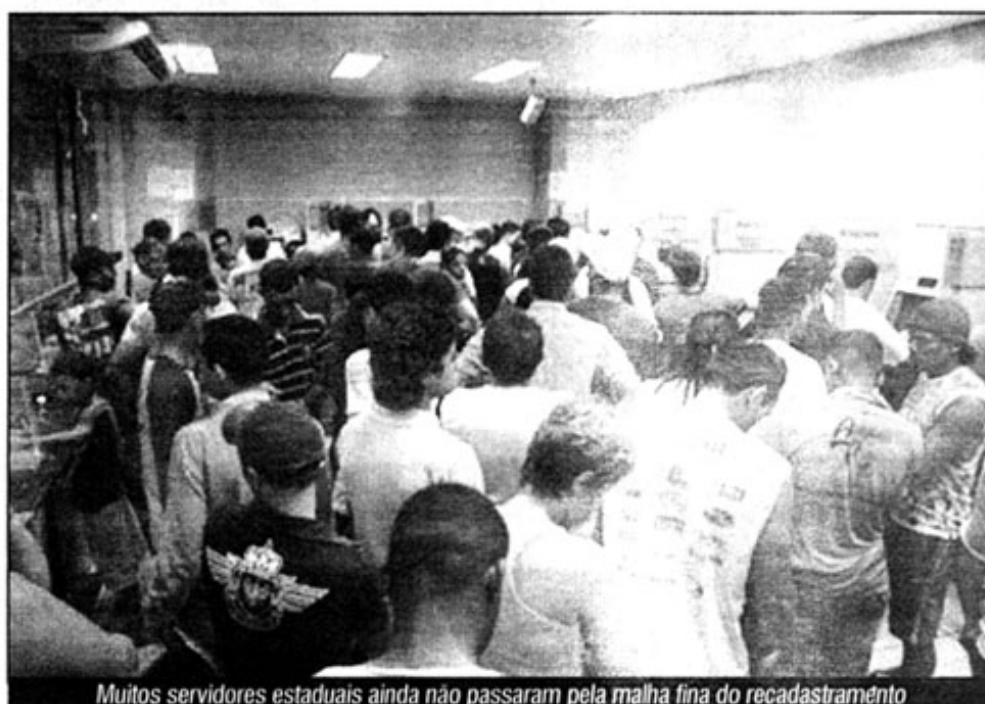
Recadastramento de aposentados e pensionistas do Estado será até dia 27

Integrando um conjunto de ações e projetos prioritários da Segep, o recadastramento visa ser uma ferramenta de aprimoramento do cadastro funcional de servidores ativos, aposentados e pensionistas do Estado que confira ainda mais eficiência aos processos de gestão de pessoas e de concessão de benefícios previdenciários.

O Estado precisa ter informações atualizadas dos servidores. No caso dos aposentados e pensionistas, trata-se, inclusive, de uma exigência legal o recadastramento pelo menos a cada cinco anos, para que não sejam pagos benefícios a pessoas que já não deveriam estar recebendo, como aposentados que já faleceram e pensionistas que se casaram novamente.

Por isso, é importante destacar que os servidores estaduais deverão atender à convocação do Governo, uma vez que o recadastramento possui caráter obrigatório para todos.

O recadastramento é extensivo aos servidores aposentados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA) e da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (PGJ/MA); também aos membros aposentados da Magistratura e do Ministério Público, e aos conselheiros aposentados do TCE/MA. Para a comodidade destes, a Segep disponibilizou um pos-



Muitos servidores estaduais ainda não passaram pela malha fina do recadastramento

to de recadastramento no prédio-anexo do TJ/MA (Rua do Egito, Centro - onde funcionou a Assembleia Legislativa do Maranhão).

Para facilitar, os servidores poderão fazer a atualização dos seus dados cadastrais acessando o site da Segep, através do link Viva Recadastramento. Basta preencher e imprimir o formulário de atualização cadastral e apresentá-lo junto com os seus documentos originais, em um dos postos de atendimento, no horário das 9h às 17h.

Recadastramento por Procuração e Agendamento - Apenas os servidores que residem fora do Maranhão

poderão fazer o seu recadastramento por procuração. Para tal, será disponibilizado um posto de atendimento em Brasília, na segunda quinzena de setembro. Os recadastramentos feitos por procuração deverão ser validados com a presença do segurado, para colher a biometria e a fotografia, até o dia 29 de novembro, data final do trabalho.

Já o recadastramento por agendamento poderá ser feito mediante solicitação através dos telefones 218-4444 e 3218-2308. No momento da visita, o servidor deverá estar de posse dos documentos originais exigidos, mais

o laudo médico atual, que comprove a impossibilidade do comparecimento ao posto de atendimento. As visitas domiciliares acontecerão a partir do dia 12 de agosto e as datas serão avisadas aos interessados por telefone.

"Chamamos, mais uma vez, a atenção dos aposentados e pensionistas, para que não deixem de atender à convocação do Governo e compareçam a um dos postos de atendimento, portando os documentos originais necessários para a efetuação do recadastramento, dentro do prazo devido, ou seja, até o dia 27 de julho", alertou o titular da Segep, Fábio Gondim.

TJMA pede a juízes atualização dos dados de produtividade na magistratura

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, reforça aos magistrados de 1º grau a necessidade de atualizarem seus dados de produtividade no sistema informatizado Themis PG do Poder Judiciário.

“O lançamento das informações no sistema é fundamental para que possamos fazer uma

análise justa da produtividade, e, por consequência, dos seus perfis, em decorrência das promoções, remoções e acesso ao Tribunal de Justiça”, alerta Guerreiro Júnior.

A aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso ao Tribunal de Justiça é feita com base em informações atualizadas sobre produtividade, desempenho, presteza no exer-

cício da jurisdição, frequência e aproveitamento em cursos oficiais – ou reconhecidos – de aperfeiçoamento.

Além de aferir a produtividade dos juízes, o sistema Themis PG detém dados sobre a prestação jurisdicional, possibilitando a constatação do tempo de duração do processo – um dos itens do perfil que também é usado como

critério de remoção e promoção dos magistrados do 1º para o 2º Grau.

Os critérios objetivos – incluindo a produtividade – para aferição do merecimento para promoção de juízes de Direito e acesso aos Tribunal de Justiça são estabelecidos pela Resolução Nº 106/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

 EXCLUSIVO

ACUSADO DE INTERMEDIAR ASSASSINATOS FALA COM O JP PELA 2ª VEZ

TRANSFERIDO DE PRISÃO, 'BOLINHA' DIZ TER MEDO DE SER ASSASSINADO

Transferência ocorreu na terça-feira, do 8º DP (Liberdade) à Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (Vila Palmeira); 'Tenho medo de que me matem aqui', disse Bolinha ao JP

José Raimundo Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha", foi transferido, na terça-feira (16), do 8º Distrito Policial (Liberdade) para a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos, na Vila Palmeira. Acusado de intermediar os assassinatos do jornalista Décio Sá, em São Luís, e do negociante de carros Fábio Brasil, em Teresina (PI) –, "Bolinha" afirmou ao **Jornal Pequeno** que "a transferência foi uma represália da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão" por ele ter manifestado a vontade de revelar à Justiça fatos e nomes que ainda não apareceram nas investigações sobre os homicídios que vitimaram Décio e Fábio.

PÁGINA 5, ESPECIAL

ACUSADO DE INTERMEDIAR ASSASSINATOS FALA COM O JP PELA 2ª VEZ

Transferido de prisão, 'Bolinha' diz ter medo de ser assassinado

Transferência ocorreu na terça-feira, do 8º DP (Liberdade) à Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (Vila Palmeira); "Tenho medo de que me matem aqui", disse Bolinha ao JP

Para 'Júnior Bolinha' mudança de cadeia foi uma represália da SSP-MA por ele querer revelar à Justiça tudo o que sabe sobre os assassinatos de Décio Sá e Fábio Brasil

Promotor do 'caso Décio' nega pedido de 'Júnior Bolinha' de ser reinquirido já; ele alega que 'o acusado poderá ser ouvido em outra fase processual ou em investigação paralela'

POR OSWALDO VIVIANI

José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha", de 39 anos, foi transferido, na terça-feira (16), do 8º Distrito Policial (Liberdade) para a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), na Vila Palmeira. Ele estava no 8º DP desde junho do ano passado, quando foi preso na operação "Detonando", da Polícia Civil do Maranhão.

Acusado de intermediar dois assassinatos – do jornalista Décio Sá, 42, ocorrido em 23 de abril de 2012, em São Luís, e do negociante de carros Fábio dos Santos Brasil Filho, o "Fabinho", 33, executado em 31 de março de 2012, em Teresina (PI) –, "Júnior Bolinha" afirmou ao **Jornal Pequeno** na sexta-feira (19), por meio de familiares, que "a transferência foi uma represália da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão" por ele ter manifestado

a vontade de revelar à Justiça fatos e nomes que ainda não apareceram nas investigações policiais sobre os homicídios que vitimaram Décio e Fábio.

"Bolinha" disse ao **JP** que as condições da cela em que está na DRFV – cujo delegado titular é Paulo Hertel – são "desumanas" e disse temer ser assassinado, como "queima de arquivo". Veja as novas declarações ao **JP** de "Júnior Bolinha", que já falou ao jornal há cerca de um mês:



'Júnior Bolinha': acusação de maus tratos na DRFV

"Na primeira noite aqui [na DRFV], dormi no chão, numa cela sem luz e molhada, em condições desumanas, como uma solitária. Tenho certeza de que a transferência foi uma represália da Secretaria de Segurança por eu falar com a imprensa quando estava no 8º DP, e dizer que queria ser ouvido pela Justiça novamente para contar tudo o que sei dos crimes que me acusam. É claro que é retaliação por eu querer falar o nome de gente grande envolvida nos crimes. Até as visitas de pessoas da minha família estão sendo proibidas.

Nem a comida e água que me trazem podem chegar até mim. O pessoal do DP diz que eu tenho que comer só as 'quentinhas' que eles trazem. Estou preferindo ficar sem comer. Estou com medo de me matarem aqui dentro como queima de arquivo".

'Proteção' – O delegado Augusto Barros, titular da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) – que participou da reunião, no início da semana, entre a cúpula da Polícia Civil do Maranhão e a Secretaria de Segurança Pública do estado, que decidiu

pela transferência de "Júnior Bolinha" – negou ao **JP** na sexta (19) que a decisão de mudar o acusado de prisão deveu-se a uma possível "represália" contra ele. Disse Barros:

"Na reunião, da qual participaram o secretário Aluísio Mendes e a delegada-geral Maria Cristina Resende Meneses, foi informado que o 'Júnior Bolinha', por estar num local, o 8º DP, que tinha o acesso a ele facilitado, por isso mesmo corria um grande risco. A decisão de transferi-lo foi para preservar a vida dele, protegê-lo, e não o contrário, como ele e os seus familiares podem achar. Tivemos informações inclusive de que alguns carros estavam rondando o 8º DP em atitude suspeita. De minha parte, eu manifestei na reunião opinião a favor da transferência, mas para o sistema penitenciário, não para uma outra delegacia".

O **JP** apurou que "Bolinha" foi transferido para outra cadeia de Distrito Policial, e não para uma das prisões do sistema penitenciário do estado, porque, nesse último caso, a mudança só poderia ser feita após decisão judicial nesse sentido.

PROMOTOR DÁ PARECER CONTRÁRIO AO PEDIDO DE 'BOLINHA' PARA SER REINQUIRIDO AGORA

O promotor Luís Carlos Corrêa Duarte, que atua no caso do assassinato do jornalista Décio Sá, deu parecer contrário ao pedido de José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha", para ser reinquirido na fase atual do processo. A solicitação de uma nova oitiva à Justiça foi feita por "Bolinha" no último dia 4.

"Entende este órgão ministerial ser [o pedido] extemporâneo, devendo ser indeferido, pois o mesmo ['Júnior Bolinha'] poderá ser ouvido em outra fase processual ou em investigação paralela, para não causar prejuízo ao andamento do presente processo", alega o promotor Luís Carlos Duarte em seu despacho, com data de 10 de julho, enviado à 1ª Vara do Tribunal do Júri.

A decisão judicial sobre o pedido ainda não foi formalizada, mas é praxe, nesses casos, a Justiça acatar o parecer do Ministério Público.

A Justiça, no entanto, pode discordar da eventual "investigação paralela", proposta pelo promotor. "Se há fato referente a uma investigação criminal que deve ser investigado, tal deve ocorrer dentro do processo, e não em paralelo", afirmou um advogado da área criminal consultado pelo JP.

"Júnior Bolinha" já foi ouvido – assim como oito dos denunciados no "caso Décio" – nas audiências de instrução na Justiça, que ocorreram em maio e junho passados. Em entrevista ao JP em junho, o acusado disse que naquele momento não falou



Trecho do despacho do promotor Luís Carlos Duarte

tudo o que sabia devido à orientação de seu então advogado, Armando Serejo, e porque o juiz Márcio Castro Brandão, que presidiu as audiências, não aceitou seu pedido de se reunir, de forma privada, com o magistrado e o promotor Luís Carlos Duarte.

Consórcio – O promotor Luís Cláudio Duarte disse ao JP no último dia 5 que um grande empreiteiro do Maranhão será investigado por participação no assassinato do jornalista Décio Sá, como um dos mandantes. Outras pessoas – que até agora não apareceram no inquérito policial – também serão investigadas, segundo o promotor. Elas integrariam um "consórcio", formado para mandar executar o jornalista.

O promotor já pediu a entrada do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no

caso, já que o suposto "consórcio" também teria a intenção de mandar assassinar um promotor de Justiça – Luís Fernando Cabral Barreto Júnior (3ª Promotoria Especializada de Proteção do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural), apurou o JP.

Após matéria publicada pelo JP em 7 de julho ('MP vai investigar empreiteiro apontado no caso Décio Sá'), que informou sobre a intenção do "consórcio" de também mandar matar o promotor Fernando Barreto, a procuradora-geral de Justiça do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha, determinou ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) "a investigação dos fatos e a adoção de todas as medidas para garantir a segurança do promotor de Justiça e elucidar a denúncia". (OV)

■ Mandado de Segurança

O advogado Samir Murad entrou com um Mandado de Segurança em Brasília, no dia 19.07, contra a decisão do Conselho Federal da OAB que não permitiu que ele concorresse à vaga do quinto constitucional no TJMA.

O mandado caiu para a Décima Sétima Vara Federal de Brasília, que tem como titular a juíza Maria Cândida Carvalho Monteiro de Almeida.

❖❖ E aquela professora universitária denunciada por, supostamente, perseguir 40 alunos de uma faculdade famosa, o que fez com que eles pedissem transferência para a Faculdade São Luís???!!! Pois é..., diz que em 2011 a 'dita-cuja' fez o mesmo com uma aluna de faculdade renascentista, por ter reclamado que ela parou uma matéria no meio porque não sabia discorrer nem tinha tempo de atualizar a matéria para entregar à turma, porque estava atarefada com o trabalho de analista no 7º Juizado!!! A aluna também foi ridicularizada porque fez uma pergunta para a professora e esta, insegura, pensou estar sendo testada!!! Agora, em 2013, continua 'na cola' da aluna, porque o pai de seu filho é professor de lá!!!

Ouvidoria

O desembargador Lourival Serejo, Ouvidor-Geral de Justiça, contabiliza considerável acréscimo no volume de atendimentos no primeiro semestre de 2013, num total de 1.586 manifestações originadas de todo o estado, contra 1.578 em todo o ano passado. Prova de que as ações da Ouvidoria estão oferecendo respostas à comunidade.

Bom dia, Dr. Pêta;

Faço uma pergunta ao ilustre presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior: será que a corte maior do estado se curvará aos caprichos da governadora Roseana, que, numa total falta de respeito ao poder judiciário, não tomou nem conhecimento daquele prazo de quinze dias estabelecido pelo TJ para regularizar o pagamento dos precatórios devidos, descumprindo, como de hábito, uma ordem judicial e, assim, tentando desmoralizar o nosso tribunal de justiça. A sociedade maranhense espera, urgentemente, por uma tomada de providência por parte do TJ para fazer cumprir a sua decisão.

(Carlos Eduardo – Cohama, São Luís MA)

Recadastramento de aposentados e pensionistas do Estado

A Secretaria da Gestão e Previdência (Segep) está reforçando o convite a todos os servidores aposentados e pensionistas do Estado, para que efetuem a atualização dos seus dados cadastrais até o dia 27 de julho, data em que se encerra o trabalho voltado aos Aposentados e Pensionistas de São Luís.

Segundo o secretário Fábio Gondim, o Estado precisa ter informações atualizadas dos servidores. No caso dos aposentados e pensionistas, trata-se, inclusive, de uma exigência legal o recadastramento pelo menos a cada cinco anos, para que não sejam pagos benefícios a pessoas que já não deveriam estar recebendo, como aposentados que já faleceram e pensionistas que se casaram novamente.

“Por isso, é importante destacar que os servidores estaduais deverão atender à convocação do Governo, uma vez que o recadastramento possui caráter obrigatório para todos”, ressaltou Gondim.

O recadastramento é extensivo aos servidores aposentados do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e da Procuradoria Geral de Justiça. Também aos aposentados da Magistratura e do Ministério Público, e aos conselheiros aposentados do TCE/MA. Para a comodidade destes, conforme observou o secretário, a Segep disponibilizou um posto de recadastramento no prédio-anexo do TJ/MA (Rua do Egito, Centro - onde funcionou a Assembleia Legislativa).

Os servidores poderão fazer a atualização dos seus dados cadastrais acessando o site da Segep, através do link Viva Recadastramento. Basta preencher e imprimir o formulário de atualização cadastral e apresentá-lo junto com os seus documentos originais, em um dos postos de atendimento, no horário das 9h às 17h, orientou Fábio Gondim.

■ Por procuração e agendamento (I)

Apenas os servidores que residem fora do Maranhão poderão fazer o seu recadastramento por procuração.

Para tal, será disponibilizado um posto de atendimento em Brasília, na segunda quinzena de setembro.

Os recadastramentos feitos por procuração deverão ser validados com a presença do segurado, para colher a biometria e a fotografia, até o dia 29 de novembro, data final do trabalho.

■ Por procuração e agendamento (II)

Já o recadastramento por agendamento poderá ser feito mediante solicitação através dos telefones 218-4444 e 3218-2308.

No momento da visita, o servidor deverá estar de posse dos documentos originais exigidos, mais o laudo médico atual, que comprove a impossibilidade do comparecimento ao posto de atendimento.

As visitas domiciliares acontecerão a partir do dia 12 de agosto e as datas serão avisadas aos interessados por telefone.